



Departamento de Economia
Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio

ECO1217 – TEORIA MACROECONÔMICA II

**Professores: Márcio Garcia
Paulo Levy**

2ª Lista – Entrega: 14 de maio de 01

Capítulo 18 – Blanchard

Questões 1, 3, 5 e 6

Capítulo 19 – Blanchard

Questões 1, 2, 3, 4 e 6

Leia o texto anexo publicado recentemente para responder às seguintes questões.

- a) Expresse matematicamente o conceito macroeconômico que, segundo o autor, “...*independe de ideologia ou corte de natureza política, valendo para os neoliberais da PUC do Rio de Janeiro (sic) ou os economistas do PT.*”
- b) Você concorda com o autor quanto ao conceito em (a) ser “...*pura teoria econômica*”?
- c) Segundo o autor, o elevado déficit em conta corrente é um problema que precisa ser atacado (embora ele não formule nenhuma proposta concreta de como fazê-lo). Raciocine com base na equação em (a). Suponha que o montante de poupança externa já esteja no seu limite máximo, sendo desejável reduzi-lo. Concomitantemente, deseja-se aumentar o investimento (para aumentar o crescimento). Quais as implicações de tais restrições sobre a trajetória desejada futura da poupança doméstica (pública e privada)?
- d) Com base em sua resposta à questão (c), formule sugestões de medidas de política econômica compatíveis com os objetivos pretendidos. As medidas sugeridas por V. baseiam-se só na equação desenvolvida em (a), ou necessitam adicionalmente de relações comportamentais entre os diversos agregados macroeconômicos, isto é, de teoria econômica?

Capítulo 20 – Blanchard

Questões 1, 2, 4 e 5



Departamento de Economia
Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio

OPINIÃO ECONÔMICA

O Fundo Monetário Internacional tenta evitar o pior

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS

A crise da Argentina piorou muito nesta última semana. Como sempre ocorre em situações como a que vive nosso vizinho, seus problemas de natureza essencialmente econômica desembocaram em uma crise financeira gravíssima. O prêmio de risco dos títulos argentinos de médio prazo, que chegaram em janeiro a 6% ao ano em relação ao rendimento dos títulos do Tesouro americano, passaram nesta última terça-feira a mais de 15% ao ano. Esse prêmio já corresponde a uma situação iminente de moratória. Quando escrevia esta coluna, os mercados financeiros davam como certa uma tentativa de reestruturação de parcela importante de sua dívida por total incapacidade de sua rolagem por mecanismos de mercado.

Essa mudança de qualidade na crise argentina, passando de um problema de natureza econômica para um de dimensão financeira, é um problema comum aos países que, como o Brasil, possuem problemas de financiamento de déficits elevados na conta corrente externa. Essa é a grande fragilidade dos defensores da tese de que não há necessidade de que as políticas econômicas nacionais tenham como objetivo explícito limitar o tamanho e o crescimento desse déficit com o exterior. Os economistas liberais, que se encontram a mais de seis anos no poder com o presidente FHC, defendem que um país como o Brasil terá sempre déficit em suas transações comerciais e financeiras com o mundo exterior. A causa central dessa situação é a falta de poupança interna para financiar os investimentos necessários ao crescimento de nossa economia.

Esse conceito é absolutamente verdadeiro do ponto de vista da teoria econômica e deve ser aceito por qualquer economista que, nas palavras de meu amigo André Lara Resende, tenha passado da página 10 de qualquer livro vagabundo de macroeconomia 1. Aliás essa é uma das razões mais importantes pelas quais as contas públicas no Brasil precisam estar equilibradas. Se adicionarmos à escassez de poupança do setor privado um déficit nas contas do governo, o impacto sobre as transações externas ficará insuportável. Essa afirmação independe de ideologia ou corte de natureza política, valendo para os neoliberais da PUC do Rio de Janeiro ou os economistas do PT. É pura teoria econômica. Se a necessidade de um país como o Brasil de apresentar déficit na conta corrente externa é uma realidade inquestionável, o controle do tamanho desse déficit é, para mim, uma questão de soberania nacional e deve ser ponto explícito na política econômica do governo. A chamada conta corrente de nosso balanço de pagamentos não pode ser tratada como uma conta aberta, como imaginam nossos economistas de corte liberal. Nenhum outro economista representou tão bem esse grupo como o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco. Para ele, o dólar americano compara-se às bananas, para as quais o equilíbrio entre demanda e oferta é apenas uma questão de preço. Graças a Deus esse cidadão está hoje recolhido às suas responsabilidades privadas e sua influência sobre a vida nacional está restrita a inofensivos artigos em nossa imprensa.

O drama por que passa hoje a sociedade argentina deve servir como um alerta para nós,



Departamento de Economia
Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio

brasileiros. Embora o imbróglio do sistema "um peso, um dólar" tenha características diferentes da situação brasileira, a dimensão da dependência à entrada maciça de capitais externos para financiar suas contas externas é exatamente a mesma. Talvez a maior diferença entre as duas situações seja a vocação para o crescimento de nossa economia e a estagnação estrutural do caso argentino. No nosso caso, o crescente volume de investimentos de empresas multinacionais em nosso parque produtivo torna o financiamento desse déficit menos especulativo e mais perene. Mas depende ainda da situação internacional e da forma como os agentes econômicos olham o grupo dos países chamados de emergentes. Um exemplo claro dessa dependência é a queda vertiginosa recente nas ações dos bancos espanhóis que realizaram elevados investimentos no Brasil e na Argentina. Por isso estaremos sempre vivendo em uma situação de risco. Não é por outra razão que, em seis anos de governo FHC, já vivemos cinco crises financeiras semelhantes.

Mesmo com o dinamismo da situação brasileira a crescente dependência dos investimentos de fora do país tem feito com que a participação de recursos de natureza eminentemente financeira continue a crescer. As últimas estatísticas divulgadas pelo Banco Central mostram que, depois de uma melhora em nosso déficit de conta corrente, estamos novamente nos aproximando da marca perigosa de 5% do PIB. Se nada for feito para interromper essa tendência, poderemos voltar a uma situação crítica em prazo muito curto.

O que mais me assusta nesse cenário é a forma displicente como nossa política econômica atual trata essa questão. Uma das formas corretas de estabilizar essa dependência é aumentar o potencial de crescimento de nossa economia pela busca diligente de reformas que tornem nosso espaço econômico mais eficiente e competitivo. Com isso poderemos manter a continuidade dos investimentos externos e aumentar a dimensão de nosso superávit comercial. Mas em nenhum momento a busca de tal situação fica explicitada na agenda do Ministério da Fazenda. A política do ministro Malan busca estabilizar essa dependência apenas via aumento da poupança do setor público, percorrendo dessa forma o que vem ocorrendo na Argentina durante os últimos anos e que levou esse país à situação atual.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, 58, engenheiro e economista, é sócio e editor do site de economia e política Primeira Leitura. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações (governo FHC).

Internet: www.primeiraleitura.com.br

E-mail - lcmb2@terra.com.br